



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640267 - RS (2021/0014273-5)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : ANDERSON LUCAS PINTO
ADVOGADO : ANDERSON LUCAS PINTO - PR074035
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : JULIANO DA COSTA (PRESO)
CORRÉU : JAIRO VIEIRA
CORRÉU : TIAGO DA SILVEIRA
CORRÉU : JORGE LUIS HIGINO DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JULIANO DA COSTA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (HC n. Apelação Crime n. 70032741845).

O paciente foi denunciado como incurso no art. 157, § 3º, segunda parte, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal, tendo sido absolvido pelo magistrado singular.

Inconformado, o Ministério Público interpôs recurso de apelação, que foi provido para condenar o réu às penas de 13 anos e 8 meses de reclusão no regime inicial fechado e de 40 dias-multa, nos termos da exordial acusatória.

O impetrante sustenta que o paciente não foi intimado pessoalmente do acórdão condenatório, o que o teria impedido de interpor os recursos cabíveis.

Alega que o acusado foi patrocinado por defensor público, com o qual nunca manteve contato, razão pela qual não teria tido ciência da condenação.

Argumenta que a exigência de intimação pessoal prevista no art. 392 do Código de Processo Penal não se restringiria à sentença de primeiro grau, estendendo-se ao acórdão proferido em segunda instância, consoante já decidido pelo Supremo Tribunal Federal.

Requer, liminarmente e no mérito, que o paciente seja colocado em liberdade, devolvendo-se o prazo para a interposição de recursos contra o acórdão proferido no julgamento da apelação.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que:

[...] O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que a intimação pessoal do acusado, nos termos do artigo 392, incisos I e II, do Código de Processo Penal, é necessária apenas em relação à sentença condenatória proferida em primeira instância, ao passo em que, nas decisões proferidas pelos Tribunais, a intimação do

acusado deve ser feita através da publicação em órgão oficial de imprensa. (AgRg no HC 613.170/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 27/10/2020, DJe 12/11/2020)

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência